

# Relação entre honorários de auditoria e de honorários de não auditoria com o desempenho econômico de empresas listadas na BM&FBOVESPA

Mara Vogt, Maurício Leite, Paulo Roberto da Cunha, Vanderlei dos Santos

Universidade Regional de Blumenau

Universidade Regional de Blumenau

Universidade Regional de Blumenau  
Departamento de Contabilidade

Universidade do Estado de Santa Catarina  
Departamento de Ciências Contábeis

O estudo objetiva verificar a relação entre honorários de auditoria e de honorários de não auditoria com o desempenho econômico de empresas listadas na BM&FBOVESPA. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa por meio da correlação canônica no período de 2010 a 2013. A população do estudo foi de 615 empresas e a amostra compreendeu 319 empresas em 2010, 312 em 2011, 307 em 2012 e 282 empresas em 2013. Os resultados demonstram que quanto menor os honorários de auditoria e os honorários de não auditoria, maior será o ROA e menor será o ROE das empresas analisadas. As variáveis de controle, tamanho da empresa auditada, nível de governança corporativa e empresa de auditoria (BIG4) apresentaram relação com o desempenho econômico, porém, somente o tamanho da empresa apresentou relação positiva. A única variável independente que teve força de associação alta com o desempenho econômico foi o tamanho da empresa. O ROA também se destacou com força de associação acima de moderada em todos os anos. Conclui-se que houve relação entre os honorários de auditoria e honorários de não auditoria com o desempenho econômico.

**Palavras-chave:** honorário de auditoria, desempenho econômico, empresas brasileiras.

## The relation between audit fees and non-audit fees, and the economic performance of companies listed in the BM&FBOVESPA

The study aims to investigate the relationship between audit fees and non-audit fees to the economic performance of companies listed on BM & FBOVESPA. Therefore, we carried out a descriptive, document and quantitative research through the canonical correlation through StatGraphics® statistical software for the period 2010 to 2013. The study population was 615 companies and the sample included 319 companies in 2010, 312 in 2011, 307 in 2012 and 282 companies in 2013. Thus, in general, to analyze all the years together, the lower the audit fees and non-audit fees, the higher the ROA and ROE of smaller the companies analyzed. The control variables, size of the audited company, corporate governance level and auditing firm (BIG4) had relationship with economic performance, but only the size of the company showed a positive relationship. The only independent variable with the high strength of association with economic performance was the size of the company. The ROA also stood out above moderate association strength every year. Therefore, it is concluded that there was a relationship between audit fees and non-audit fees with economic performance.

**Keywords:** honorary audit, economic performance, Brazilian companies.

## Relación entre los honorarios por auditoría, honorarios por servicios adicionales a la auditoría, y el desempeño económico de las empresas en la BM&FBOVESPA

El objetivo del estudio es verificar si hay relación entre los pagos de honorarios por auditoría y los pagos de honorarios por servicios que no son de auditoría, y el desempeño económico de las empresas en la BM&FBOVESPA. Por lo tanto, se realizó una investigación descriptiva, documental y cuantitativa usando un análisis de correlación canónica durante el periodo 2010-2013. La población del estudio fue de 615 empresas y la muestra comprendió a 319 empresas en el 2010, 312 en el 2011, 307 en el 2012 y 282 empresas en el 2013. Los resultados demostraron que cuanto menor eran los honorarios por auditoría y por servicios adicionales a la auditoría, mayor era el ROA y menor era el ROE de las empresas analizadas. Las variables de control, el tamaño de la empresa auditada, nivel de gobierno corporativo y empresa auditora (BIG4) están relacionadas con el desempeño económico; pero solo el tamaño de la empresa presentó una relación positiva. La única variable independiente que tenía una gran asociación con el desempeño económico fue el tamaño de la empresa. El ROA también se vio afectado por encima del promedio en todos los años. Se concluyó que hubo una relación entre los pagos de honorarios por auditoría y los adicionales a la auditoría, y el desempeño económico.

**Palabras clave:** honorarios por auditoría, desempeño económico, empresas brasileñas.

### Introdução

A auditoria e a contabilidade andam lado a lado na história das empresas há mais de 600 anos (Watts & Zimmerman, 1986). De acordo com Martinez (1998) a contabilidade e a auditoria, seja ela interna ou externa, no contexto da teoria da agência, transformam-se em instrumentos para monitorar, validar e preservar as relações contratuais entre o principal e o agente. Os pareceres de auditoria e os relatórios contábeis são os meios pelos quais as partes contratantes monitoram os contratos.

Neste sentido, a informação contábil fornece contribuições importantes para os principais mecanismos de governança e são consideradas ingredientes chave no processo da governança corporativa. São usadas para indicar se as ações de governo contra a administração são necessárias e também se ajudam na determinação dos retornos de diferentes partes interessadas. O uso dessas informações, em mecanismos de governança corporativa, representa o papel mais importante das informações contábeis (Sloan, 2001).

Para DeAngelo (1981), o valor de uma auditoria aos consumidores desses serviços depende da capacidade do auditor descobrir se há uma violação, erros ou falhas no sistema contábil e, além disso, em resistir às pressões dos clientes no caso da divulgação de uma violação descoberta. O nível de independência do auditor é definido como a probabilidade condicional que, caso um descumprimento tenha sido descoberto, este irá relatar a violação.

Para Frankel, Johnson e Nelson (2002), um dos grandes problemas para a independência é a venda de serviços de não auditoria. A prestação de serviços não relacionados às atividades inerentes à auditoria poderá reduzir a independência do auditor, levando a uma deterioração da qualidade das auditorias e, portanto, a erosão da qualidade dos relatórios financeiros.

Para Teixeira, Amorim e Borges (2012), atualmente a qualidade da prestação de serviços por parte dos auditores independentes é objeto de discussão. Assim, para assegurar essa qualidade, as entidades profissionais e os órgãos reguladores elaboram um conjunto de

medidas e, dentre elas tem-se a revisão externa de qualidade pelos pares. Os honorários de auditoria podem ser utilizados para analisar a qualidade das auditorias e a existência de demanda por diferenciação nesse mercado (Hallak & Silva, 2012).

Em âmbito internacional, Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003) investigaram as características e o relacionamento do cliente com o auditor para determinar os serviços de auditoria e de não auditoria. Zaman, Hudaib e Haniffa (2011), examinaram a possível influência da qualidade da governança corporativa, especialmente eficácia do comitê de auditoria, sobre a remuneração do auditor. Kim e Kim (2013) verificaram se o índice de governança corporativa e a responsabilidade social empresarial impactam nos honorários de auditoria. Nesse sentido, o estudo teve a proposta de verificar a relação dos honorários de auditoria e honorários de não auditoria com o desempenho econômico das empresas listadas na BM&FBOVESPA.

A interface dos honorários de auditoria e dos honorários de não auditoria com o desempenho econômico das empresas é observada apenas em algumas pesquisas em âmbito internacional. Tem-se os estudos de Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003) que investigaram se os honorários de auditoria e de não auditoria são determinados simultaneamente. Hay, Knechel e Wong (2006) avaliaram e resumiram as pesquisas que analisaram os determinantes dos honorários de auditoria. Habib, Gong e Hossain (2013) examinaram a associação entre as ações supervalorizadas e os honorários de auditoria nos EUA. Joshi e Al-Bastaki (2000) examinaram a estrutura de honorários de auditoria no Bahrein e, a pesquisa de Hope, Kang, Thomas e Yoo (2007) teve por objetivo verificar o impacto do excesso de remuneração do auditor no custo de capital próprio das empresas em diversos países.

Contudo, nenhum destes estudos verificou se os honorários de auditoria e de honorários de não auditoria possuem relação com o desempenho econômico, especificamente em relação ao Retorno sobre o Patrimônio Líquido e ao Retorno sobre o Ativo. Diante disso, devido à escassez de estudos com essa abordagem, percebeu-se que há uma lacuna que motivou a realização deste estudo.

Diante do exposto, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a relação entre honorários de auditoria e de honorários de não auditoria com o desempenho econômico de empresas listadas na BM&FBOVESPA? Dessa forma, o objetivo do estudo é verificar a relação entre honorários de auditoria e de honorários de não auditoria com o desempenho econômico de empresas listadas na BM&FBOVESPA.

A pesquisa justifica-se pela relevância que os auditores independentes possuem e, além disso, a importância de se estudar como os honorários de auditoria e honorários de não auditoria refletem no desempenho econômico das empresas. Conforme Larcker & Richardson (2004), a relação entre os honorários pagos aos auditores e qualidade dos lucros é foco considerável no debate acadêmico e institucional.

## 1. Referencial teórico

No referencial teórico apresenta-se o conceito da teoria da agência e auditoria independente, com o intuito de embasar a pesquisa. Além disso, na sequência abordam-se os honorários de auditoria e honorários de não auditoria com o intuito de contextualizar o tema e embasar as hipóteses do estudo.

### 1.1. Teoria da agência e a auditoria independente

A teoria da agência é definida por Jensen e Meckling (1976) como a relação a partir de um contrato com

uma ou mais pessoas, entre o principal e o agente, para a realização de algum serviço que envolva a delegação de uma autoridade e para fazer deste, o agente de decisão. Para tanto, tem-se três condições necessárias: o agente dispõe de comportamentos possíveis para serem adotados, além disso, a ação dos agentes, ou seja, dos administradores, afeta não somente seu próprio bem-estar como também do principal, de seus acionistas, controladores e ainda, as atitudes do agente dificilmente são observáveis pelo principal, o que resulta em assimetria informacional entre as partes (Siffert Filho, 1996).

Ainda, baseia-se nos conflitos entre os credores, administradores e controladores. Os conflitos ocorrem no momento em que os administradores contrariam os acionistas no que se refere às decisões destes e, pode resultar do aumento de endividamento e dos gastos da empresa, o que impacta nas decisões operacionais, nas oportunidades de investimento e ainda, no valor da companhia (Marques, 2011).

Diante disso, as relações entre o principal e o agente apresentam grandes desafios para o denominado principal, devido ao fato deste ter que monitorar as atividades do agente. Dentre os problemas de agência tem-se a questão do principal observar e julgar o comportamento dos agentes (Martinez, 1998).

De acordo com Jensen & Meckling (1976), na relação entre o principal e o agente, o principal pode limitar as divergências por meio da criação de incentivos adequados para o agente, o que incorre em custos de monitoramento destinados a limitar as atividades do agente. O monitoramento é mais do que apenas observar o comportamento do agente, ou seja, é o principal controlar o comportamento do agente por meio de regras de funcionamento, restrições orçamentárias, políticas de compensação, dentre outras.

Segundo Watts e Zimmerman (1986), a auditoria é uma das formas em que os contratos são monitorados, isto é, o auditor verifica se as disposições contratuais foram violadas e também se os números utilizados nas cláusulas contratuais foram calculados por meio de procedimentos aceitos.

Martinez (1998) enfatiza que, na teoria da agência os sistemas de informação contábil são vistos como sistemas para monitorar as informações produzidas, na qual o principal e o agente baseiam suas relações. Os custos de monitoramento são incorridos pelo principal, para avaliar e restringir o comportamento do agente. Dentre esses custos estão os gastos com a implantação de sistemas de informações, com auditoria e com outros custos diretos que a empresa deve enfrentar para evitar que o agente tenha uma postura oportunista.

Um dos mecanismos para reduzir o problema de assimetria informacional existentes entre principal e agente são as boas práticas de governança corporativa. A governança corporativa preocupa-se com a resolução dos problemas de ação coletiva entre investidores e com a conciliação dos conflitos de agência, ou seja, conflitos de interesse entre os detentores do direito corporativo (Becht, Bolton & Röell, 2003).

Para Bushman e Smith (2003), as estruturas de governança corporativa servem para motivar os gestores a maximizar o valor da organização em detrimento de seus objetivos pessoais, assegurar que acionistas minoritários recebam informações confiáveis referentes ao valor da empresa e que, gestores e acionistas controladores não utilizem o valor dos investimentos indevidamente. Silveira, Barros e Famá (2003) afirmam que, a estrutura de governança corporativa afeta a qualidade da gestão e o desempenho financeiro da empresa.

Para Klotzle e Costa (2006) a governança se traduz em mecanismos internos como o conselho de administração, sistemas de remuneração dos executivos, estrutura de propriedade entre outros, e os externos são o sistema legal/regulatório e o mercado de fusões e aquisições. A discussão sobre a governança corporativa no Brasil surgiu a partir da baixa participação dos acionistas minoritários.

Segundo Marques (2007), as sementes do conceito governança corporativa surgiram recentemente e a importância do tema é reconhecida mundialmente, pois a governança representa o modo como às empresas são dirigidas e controladas. Além disso, o sistema de governança corporativa tem como objetivo central o equilíbrio entre competitividade e produtividade da empresa por meio de uma gestão transparente e responsável. Martinez (2011) e Erfurth e Bezerra (2013) complementam que, o objetivo geral da governança corporativa é o aumento do valor da empresa, sua eficiência, com transparência, respeito aos direitos e tratamento igualitário entre os acionistas, ou seja, diminuição da assimetria e a prestação de contas confiável.

As práticas de governança são advindas do avanço de empresas brasileiras no exterior e do aumento dos investimentos estrangeiros o que ocasionou diversas iniciativas de órgãos brasileiros Ventura; Santos; Ventura Júnior & Firmino, 2012). Dentre os órgãos responsáveis no Brasil pelas práticas de governança está a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ambos buscam estratégias para proteger os seus proprietários e investidores. A BM&FBOVESPA apresenta as práticas de governança corporativa listadas em níveis diferenciados, com um objetivo, a qualidade nas informações divulgadas por meio das demonstrações contábeis (Beck *et al.*, 2012).

Os segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA foram criados em dezembro de 2000 quando perceberam que para desenvolver o mercado de capitais brasileiro, era necessário ter segmentos adequados aos diferentes perfis de empresa, estas que aderem voluntariamente ao segmento de seu interesse. São segmentos o Novo Mercado (nível de maior exigência), o Nível 2 (nível intermediário) e o Nível 1 e a Bovespa Mais (menor nível). Todos esses segmentos prezam por regras rígidas de governança corporativa e tem por objetivo, a melhoria da avaliação das companhias que resolvem aderir a um desses níveis, o estímulo do interesse dos investidores e a valorização das empresas listadas (Ventura; Santos; Ventura Júnior & Firmino, 2012; Erfurth & Bezerra, 2013; BM&FBOVESPA, 2013; IBGC, 2013).

Dessa forma, Ferreira *et al.* (2013) afirmam que é necessária a existência de um mercado de capitais confiável e forte para a capitalização das empresas, o que alavanca e desenvolve um país. As empresas que adotam os mecanismos de governança se tornam mais atrativas, o que facilita a captação de recursos e diminui seu custo. Mesmo com o aprofundamento dos debates no Brasil sobre governança e a crescente pressão para de boas práticas de governança corporativa, o país ainda se caracteriza pela alta concentração de controle acionário, baixa efetividade dos conselhos de administração, alta sobreposição entre a propriedade e a gestão. O conselho de administração, o conselho fiscal e a auditoria independente são as principais ferramentas que asseguram o controle da propriedade sobre a gestão (IBGC, 2013).

O auditor exerce um papel fundamental na profissão contábil nos contextos tanto nacional quanto internacional. A atividade do auditor independente ajudou a impulsionar o desenvolvimento dos mercados e contribuiu para estabelecer a ordem socioeconômica

do mundo. Na visão dos clientes e usuários externos da informação contábil, a atuação do auditor é sinônimo de credibilidade e confiança. A perda dessa credibilidade e confiança é motivada muitas vezes pela falta de qualidade nos relatórios, ou seja, do trabalho. O parecer de auditoria é, portanto, a principal ferramenta do auditor para cumprir a norma e relatar o seu trabalho (Santos & Grateron, 2003).

Rezera (2007) afirma que a confiança é o principal produto que é esperado do trabalho do auditor, pois seu relatório confere credibilidade às entidades auditadas. Para gerar essa confiança o auditor depende da percepção da sociedade no que se refere aos seus atributos éticos e técnicos. Dessa forma, segundo Martinez & Reis (2010), a implementação do rodízio de auditores independentes nas empresas tem como objetivo principal, a preservação da ética e independência do auditor externo para reduzir as fraudes e os erros contábeis. De acordo com Firmino, Damascena & Paulo (2010) a auditoria independente é uma das responsáveis pela redução da assimetria informacional que ocorre entre os usuários das informações.

Conforme Mattos (2005), no Brasil, em função do aumento das atividades das empresas, aumentou a procura pelos bons profissionais de auditoria, não somente para a verificação das falhas das empresas, mas sim, para auxiliar no desempenho destas, dando sugestões para possíveis correções e melhorias.

A independência para Law (2008) é considerada uma das pedras angulares da auditoria e ainda, considerada um atributo importante dos auditores externos. Segundo Cunha, Klann; Rengel & Scarpim (2010), as empresas contratam os serviços de auditoria independente para dar maior credibilidade às demonstrações contábeis. A auditoria independente audita essas demonstrações com a finalidade de atestar aos usuários

que estas representam em seus aspectos relevantes, a situação econômica das entidades. Dessa forma, o auditor independente aplicará vários procedimentos de auditoria, para que no final do seu trabalho, tenha reunido evidências suficientes para o seu parecer.

No Brasil, de acordo com Dutra (2011), a auditoria independente como, uma auditoria contábil realizada por profissionais que não são ligados à empresa, porém estão registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que objetiva a expressão de uma opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis. Além disso, a auditoria independente é feita geralmente para atender à exigência legal.

Além disso, de acordo com Griffin, Lont & Sun (2008), a qualidade da auditoria e a governança refletem efeitos contrários, pois, o aumento dos custos de auditoria e a governança apresentam uma relação positiva e a redução desses custos e o risco, uma relação negativa. Isso porque nas empresas que possuem melhores práticas de governança, há a redução dos custos dos serviços, ou seja, nos honorários de auditoria independente.

## **1.2. Honorários de auditoria e honorários de não auditoria**

Muitos usuários parecem não entender o papel dos auditores e a natureza dos serviços que oferecem. Um dos impedimentos para a compreensão do serviço de auditoria é a ambiguidade da relação entre auditores, empresas auditadas e usuários externos das demonstrações financeiras. Auditores devem ser independentes, já que são contratados e remunerados pelos auditados (Simunic, 1980).

A independência do auditor tem potenciais benefícios aos clientes por meio de seu impacto sobre o valor da empresa, bem como, para os auditores por meio dos honorários que podem cobrar por serviços

de auditoria. Ambas as partes têm incentivos para escolher voluntariamente acordos contratuais que lhes permitam capturar os benefícios líquidos esperados de independência do auditor (DeAngelo, 1981).

Para Watts & Zimmerman (1980) e DeAngelo (1981), é improvável que os auditores são perfeitamente independentes de seus clientes. O nível de independência do auditor é definido como a probabilidade condicional do auditor relatar essa violação.

Dee, Luseged & Nowlin (2002) afirmam que os auditores estão cientes das preocupações de que o público e os reguladores têm em relação à sua independência e, agora que os honorários pagos a auditores estão disponíveis ao público, os auditores podem ser menos propensos a ceder a pressões dos clientes e mais propensos a cobrar honorários de não auditoria mais elevados de seus clientes com o mesmo nível de independência.

Conforme Ahadiat (2011), a potencial perda de independência do auditor aumenta quando os níveis mais elevados de serviços não relacionados à auditoria são prestados aos clientes. Mesmo que não haja meios de estabelecer uma relação direta com serviços de não auditoria e a perda da independência, a pura percepção suscita dúvidas sobre a reputação e a credibilidade do auditor, e de certa forma da auditoria. Dessa forma, para Hallak & Silva (2012), os honorários de auditoria podem ser utilizados na análise da qualidade das auditorias e se existe demanda por diferenciação no mercado de auditoria.

Além disso, o papel dos honorários para serviços de auditoria e de não auditoria sobre escolhas contábeis é uma questão não resolvida. Há uma relação positiva entre os honorários pagos aos auditores e acréscimo nos lucros apenas quando honorários de não auditoria estão inclusos nos honorários totais (Larcker & Richardson, 2004).

Neste sentido, diversas pesquisas analisaram os honorários de auditoria, assim como os honorários de não auditoria, porém, poucos estudos relacionaram os honorários de auditoria e os honorários de não auditoria com o desempenho econômico das empresas, ou seja, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e Retorno sobre o Ativo (ROA).

A rentabilidade de acordo com Joshi & Al-Bastaki (2000) está relacionada com as operações da organização e uso de seus ativos, bem como outros recursos. Normalmente o uso eficiente de recursos gera um alto Retorno sobre os Ativos (ROA). Além disso, empresas com uma rentabilidade alta geralmente remuneram mais, visto que maiores lucros exigem uma auditoria mais rigorosa e requerem mais tempo para serem auditados.

Para tanto, o Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) são tomado como indicadores de rentabilidade na presente pesquisa. Diante disso foram desenvolvidas quatro hipóteses. Localizaram-se alguns estudos que analisaram a relação dos honorários de auditoria com o desempenho econômico.

Joshi & Al-Bastaki (2000) tiveram por objetivo examinar a estrutura de honorários de auditoria no Bahrein. Em seu estudo utilizaram o ROA para analisar a rentabilidade e explicar os honorários de auditoria. A variável apresentou significância estatística e foi positivamente associada com os honorários de auditoria da amostra analisada.

No estudo de Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003) os autores tiveram por objetivo investigar se os honorários de auditoria e de não auditoria são determinados simultaneamente. Por meio da análise dos dados verificaram que o ROA esteve negativamente associado com os honorários.

Já na pesquisa de Hay, Knechel e Wong (2006) os autores avaliaram e resumiram as pesquisas que analisaram os determinantes dos honorários de auditoria. Os resultados revelaram que a relação entre os honorários de auditoria e o Retorno sobre Ativos (ROA) foi significativo, porém negativo. O estudo de Habib, Gong e Hossain (2013) teve por objetivo examinar a associação entre as ações supervalorizadas e os honorários de auditoria nos EUA. Verificaram que os honorários de auditoria apresentam-se associados negativamente com ROA.

Dessa forma, estabeleceu-se a primeira e a segunda hipótese do estudo com o intuito de relacionar os honorários de auditoria e honorários de não auditoria com os indicadores de desempenho econômico-financeiro:

H1: Os honorários de auditoria impactam no Retorno sobre o Ativo (ROA) em empresas listadas na BM&FBOVESPA.

H2: Os honorários de não auditoria impactam no Retorno sobre o Ativo (ROA) em empresas listadas na BM&FBOVESPA.

Hope, Kang, Thomas e Yoo (2007) verificaram em seu estudo o impacto do excesso de remuneração do auditor no custo de capital próprio das empresas em diversos países. Os resultados indicaram que a remuneração do auditor relaciona-se com as variáveis determinantes na direção esperada. Ainda, a remuneração do auditor esteve significativamente associada de forma positiva com as BIG4 e tamanho da empresa analisada e, negativamente relacionada com ROE. Assim, depreende-se a terceira e quarta hipótese desta pesquisa:

H3: Os honorários de auditoria impactam no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) em empresas listadas na BM&FBOVESPA.

H4: Os honorários de não auditoria impactam no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) em empresas listadas na BM&FBOVESPA.

Diante disso, a não rejeição das hipóteses H1, H2, H3 e H4 indicará que os honorários de auditoria e os honorários de não auditoria cobrados pelos auditores independentes impactam no desempenho econômico das empresas listadas na BM&FBOVESPA.

## 2. Procedimentos metodológicos

Para verificar a relação entre honorários de auditoria e honorários de não auditoria com o desempenho econômico das empresas listadas na BM&FBOVESPA realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa por meio de pesquisa documental nos relatórios financeiros das empresas analisadas.

O período de análise das demonstrações financeiras foi de 4 anos, de 2010 a 2013. Na seleção das empresas na BM&FBOVESPA, foram verificados os formulários de referência de todas as empresas listadas e se estas apresentavam informações disponíveis. Ainda, foram coletados dados referentes às demonstrações de resultados contábeis dessas empresas na base de dados da Economática®, na qual se concentram os dados da BM&FBOVESPA. A população do estudo foi composta por todas as empresas listadas na BM&FBOVESPA, em dezembro de 2014 conforme apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1. População e amostra do estudo**

População e amostra / ano	2010	2011	2012	2013
População inicial	615	615	615	615
Sem dados	137	137	137	139
Sem honorários	159	164	171	194
Amostra final	319	312	307	282

Fonte: Dados da pesquisa

A partir da Tabela 1 nota-se que a população do estudo em todos os anos foi de 615 empresas, sendo que a amostra difere-se de um ano para o outro, visto que foram excluídas as empresas que não apresentaram dados nas demonstrações contábeis disponíveis na base de dados Economática®. Além disso, excluiu-se as empresas que não informaram os dados referentes aos honorários de auditoria e honorários de não auditoria, objetos desse estudo. Dessa forma, a amostra do estudo compreende 319 empresas em 2010, 312 em 2011, 307 em 2012 e 282 empresas em 2013.

Para análise dos dados, utilizou-se a estatística descritiva e a correlação canônica para relacionar os honorários de auditoria e honorários de não auditoria com o desempenho econômico, por meio do software estatístico *StatGraphics*®.

Na Tabela 2 são apresentadas as variáveis utilizadas no estudo, a sua respectiva definição, onde foi realizada a coleta e os autores que fundamentam tais variáveis.

**Tabela 2. Variáveis utilizadas no estudo**

Variável	Descrição	Coleta	Autores
<b>Variável dependente</b>			
Retorno sobre o ativo total (ROA)	<u>Lucro líquido</u> Ativo total	Economática®	Joshi e Al-Bastaki (2000); Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003); Larcker e Richardson (2004); Hay, Knechel e Wong (2006); Habib, Gong e Hossain (2013).
Retorno sobre o Patrimônio líquido (ROE)	<u>Lucro líquido</u> Patrimônio líquido	Economática®	Larcker e Richardson (2004); Hope, Kang, Thomas e Yoo (2007).
<b>Variáveis independentes</b>			
Honorários de auditoria (HA)	LN do valor total pago de honorários de auditoria	Formulário de referência – item 2.1 e 2.2	Joshi e AL-Bastaki (2000); Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003); Larcker e Richardson (2004); Hay, Knechel e Wong (2006); Hope, Kang, Thomas e Yoo (2007); Zaman, Hudaib e Haniffa (2011); Hallak e Silva (2012); Hentati e Jilani (2013); Kim e Kim (2013); Habib, Gong e Hossain (2013).
Honorários de não auditoria (HNA)	LN do valor total pago de honorários de não auditoria	Formulário de referência – item 2.1 e 2.2	Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003); Larcker e Richardson (2004); Zaman, Hudaib e Haniffa (2011); Hentati e Jilani (2013).
Nível de governança corporativa (NGC)	Variável <i>dummy</i> (1 se empresa pertence para algum nível de governança e 0 caso contrário)	BM&FBOVESPA	Zaman, Hudaib e Haniffa (2011); Hallak e Silva (2012); Kim e Kim (2013).
Empresa de auditoria (BIG4 ou não)	Variável <i>dummy</i> (1 se empresa é BIG4 e 0 caso contrário)	Formulário de referência – item 2.1 e 2.2	Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003); Zaman, Hudaib e Haniffa (2011); Hallak e Silva (2012).
Tamanho da empresa (Tam)	LN do valor do ativo total	Economática®	Joshi e AL-Bastaki (2000); Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003); Zaman, Hudaib e Haniffa (2011); Hallak e Silva (2012); Hentati e Jilani (2013); Kim e Kim (2013).

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio do Tabela 2 pode-se verificar que o Retorno sobre o Ativo Total (ROA) e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) são as variáveis dependentes do estudo que representam o desempenho econômico das empresas. As variáveis independentes são os honorários de auditoria e honorários de não auditoria e as demais são variáveis de controle. As três variáveis de controle utilizadas no estudo são: nível de Governança Corporativa, empresa de auditoria (BIG4 ou não) e tamanho da empresa e, foram utilizadas para identificar outros efeitos que as outras variáveis independentes, ou seja, os honorários de auditoria e honorários de não auditoria não conseguem capturar. Tais variáveis foram consubstanciadas a partir de pesquisas, principalmente em âmbito internacional, sobre auditoria.

### 3. Análise dos resultados

Esta seção apresenta a análise dos resultados do estudo. Inicia-se com a apresentação e análise da estatística descritiva das variáveis utilizadas e, na sequência, tem-se a correlação canônica para cada ano analisado. A partir da Tabela 3 apresenta-se a estatística descritiva das variáveis utilizadas na presente pesquisa.

Por meio da Tabela 3 verifica-se que em relação ao valor dos honorários de auditoria, os mínimos dos honorários foram de R\$ 605,00 em 2010; R\$ 3.512,00 em 2011; R\$ 700,00 em 2012 e R\$ 1.444,00 em 2013. Dessa forma, o menor valor de honorários de auditoria no período analisado, configurou-se em 2010. Quanto ao valor máximo de honorários de auditoria, os valores foram de R\$ 636.200.000,00 em 2010;

**Tabela 3. Estatística descritiva das variáveis do estudo**

Variáveis	Mínimo					Máximo				
	2010	2011	2012	2013	Cons.	2010	2011	2012	2013	Cons.
Hon. de auditoria*	0,605	3,512	0,700	1,444	0,605	636.200	225.200	17.790	28.194	636.200
Hon. não auditoria*	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	20.185	29.151	4.227	3.979	29.151
Tamanho*	0,000	0,004	0,002	0,010	0,000	811.172	981.230	1.150.486	1.303.915	1.303.915
ROE	-314,763	-25,000	-63,000	-8,343	-314,763	1,993	589,708	0,517	0,803	589,708
ROA	-3,519	-13,181	-3,173	-3,223	-13,181	80,864	600,127	2,908	3,512	600,127
Obs.	319	312	307	282	1.220	319	312	307	282	1.220
Variáveis	Média					Desvio-Padrão				
	2010	2011	2012	2013	Cons.	2010	2011	2012	2013	Cons.
Hon. de auditoria*	3.28	2.334	954	1.094	1.948	36.89	17.489	1.939	2.674	20.898
Hon. não auditoria*	172	182	112	145	153	1.199	1.676	367	465	1.084
Tamanho*	16.248	18.950	22.411	24.495	20.396	81.060	95.498	111.289	124.506	103.601
ROE	-1,395	1,762	-0,343	-0,099	-0,023	18,796	33,428	3,844	0,845	19,556
ROA	0,499	1,995	0,093	0,092	0,685	4,655	33,984	0,499	0,493	17,350
Obs.	319	312	307	282	1.220	319	312	307	282	1.220

(\*) Valores expressos em milhares de reais. Cons. = Consolidado. Obs. = Número de observações

Fonte: Dados da pesquisa

R\$ 225.200.000,00 em 2011; R\$ 17.790,000 em 2012 e R\$ 28.194.000,00 em 2013. O menor valor de honorários de auditoria no período analisado, configurou-se em 2010. Assim como o valor mínimo, o valor máximo se destacou em 2010, com um valor de R\$ 636.200.000,00. Dessa forma, a média dos honorários de auditoria foi maior em 2010, apresentando um valor de R\$ 3.281.747,00. Nota-se também que o desvio padrão demonstra valores elevados em relação à média dos quatro períodos analisados, principalmente no ano de 2010 e 2011, o que sugere uma variância considerável na média dos honorários de auditoria que foram pagos.

Na sequência, em relação aos honorários de não auditoria, percebe-se que em pelo menos uma empresa em cada período analisado não possuía valor de honorários de não auditoria, visto que nos quatro anos houve registro de honorários de não auditoria pagos. Já os valores máximos foram de R\$ 20.185.000,00 em 2010, R\$ 29.151.000,00 em 2011, R\$ 4.227.000,00 em 2012 e R\$ 29.151.000,00 em 2013. O valor máximo destes serviços foi baixo em relação aos honorários de auditoria pagos pelas empresas que compõem a amostra. Em 2010 e 2011 obteve-se os maiores valores de honorários de não auditoria, assim como ocorreu com os honorários de auditoria. Já em relação a média, esta ficou próxima em todos os anos analisados, porém, em 2011 verificou-se a maior média de todo o período analisado, isto é, R\$ 182.447,00.

Quanto ao tamanho das empresas, medido pelo valor dos ativos totais das organizações, pode-se verificar que há uma diferença substancial entre as menores empresas e as maiores no período analisado. Porém, pode-se identificar que no decorrer dos anos de 2010 a 2013 houve aumento no tamanho das empresas observado pelas médias dos valores, sendo de

R\$ 16.247.716,00 em 2010, R\$ 18.949.983,00 em 2011, R\$ 22.411.208,00 em 2012 e R\$ 24.949.790,00 em 2013. O tamanho médio das empresas analisadas no período foi de R\$ 20.396.065,00.

Em seguida tem-se a análise da rentabilidade da empresa analisadas, medida por meio da divisão do lucro líquido pelo total dos ativos (ROA) e pelo total do patrimônio líquido (ROE). A análise desses indicadores, conforme Assaf Neto (2013) visa avaliar os resultados econômicos auferidos pelas empresas que melhor revelarem suas dimensões. Uma análise baseada somente no valor absoluto do lucro líquido apresenta um viés de interpretação ao não refletir se o resultado gerado no exercício foi condizente ou não com o potencial econômico da empresa.

Jaramillo, Benau e Grimo (2012) destacam que quanto menor a rentabilidade da empresa, maior é o risco financeiro que esta apresenta. Dessa forma, analisando os valores médios do ROA no período analisado, as empresas apresentam o pior resultado em 2010, com valor de -1,395, apresentaram uma melhora no ano de 2010 com valor de 1,762 positivo, e voltando a apresentar resultados negativos em 2012 e 2013, com valores de -0,343 e -0,099 respectivamente. No período consolidado, as empresas analisadas apresentaram um valor de -0,023. Em relação ao ROE, o pior resultado foi apresentado em 2013 com valor de 0,092. No período consolidado, o valor foi de 0,6857. Analisando os dois indicadores (ROA e ROE), pode-se concluir que as empresas analisadas apresentaram melhor rentabilidade do patrimônio líquido em relação ao total de seus ativos no período de 2010 a 2013.

Foi realizada uma análise por meio da estatística descritiva para as duas variáveis *dummies* do estudo, conforme é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4. Estatística descritiva das variáveis *dummies* do estudo

Variável	Descrição	2010		2011		2012		2013		Período	
		Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Empresa de auditoria	1 = BIG4	220	68,9%	241	77,2%	240	78,1%	215	76,2%	916	75,0%
	0 = Não BIG4	99	31,0%	71	22,7%	67	21,8%	67	23,7%	304	24,9%
Nível de governança corporativa	1 = Pertence há algum dos níveis de GC	153	47,9%	155	49,6%	159	51,7%	153	54,2%	620	50,8%
	0 = Não pertence há nenhum dos níveis de GC	166	52,0%	157	50,3%	148	48,2%	129	45,7%	600	49,1%

Freq = Frequência

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se a partir da Tabela 4 que a maioria das empresas analisadas possuem empresas de auditoria do tipo BIG4 e este número não teve diferença significativa de um ano para o outro. Entretanto, de 2010 para 2011 aumentou de 68,9% para 77,2% a quantidade de empresas auditadas por BIG4. Em 2012 esse número apresentou uma queda, assim como em 2013. No geral, 75,0% das empresas da amostra são auditadas por empresas BIG4 e apenas 24,9% possui outras empresas que realizam a auditoria.

Em relação ao nível de governança corporativa, o número de empresas que pertencem há algum nível manteve-se bem próximo de um ano para o outro, variando de 153 empresas em 2010 para 155 em 2011. O maior percentual de empresas que pertencem há algum nível de governança corporativa ocorreu em 2013 com 54,2%. Além disso, nota-se que muitas das empresas analisadas não pertencem para nenhum nível de governança. Entretanto, esse valor reduziu de 2010 para 2013, de 166 para 129, isto é, de 52,0% para 45,2%. Contudo, quando analisado o percentual geral de todos os anos, percebe-se que pouco mais que a metade das empresas analisadas pertence há algum nível de governança, ou seja, 50,8%, e os demais 49,1% não pertencem há nenhum dos níveis.

A seguir, apresenta-se a correlação canônica entre as variáveis de resultado econômico-financeiro e as variáveis independentes.

Conforme a Tabela 5 pode-se verificar que puderam ser calculadas por meio da correlação canônica duas combinações lineares diferentes, visto que este é o número do conjunto de variáveis, ou seja, as variáveis dependentes (ROA e ROE).

Constata-se que a primeira combinação linear entre o desempenho econômico e os honorários de auditoria e honorários de não auditoria, juntamente com as demais variáveis de controle apresentou um coeficiente de correlação de 0,39206, ou seja, de 39,20% e um *P-Value* significante ao nível de 5%, pois este foi de 0,0000 no ano de 2010. Nos demais anos analisados o *P-Value* também foi significante ao nível de 5%. O maior coeficiente de correlação pode ser notado no ano de 2013 com um valor de 0,5842, isto é, 58,42%. No que se refere ao *P-Value* de todos os anos analisado juntamente, nota-se que este também apresentou significância estatística.

Dessa forma, visto que o *P-Value* foi menor que 0,05 em todos os anos analisados e ainda, quando analisados todos os anos juntamente, pode-se afirmar que

Tabela 5. Correlação canônica

Número	2010		2011		2012		2013		GERAL	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Auto valor	0,1537	0,0026	0,1612	0,0009	0,2555	0,0104	0,3413	0,0002	0,0640	0,0039
Correlação	0,3920	0,0511	0,4015	0,0310	0,5055	0,1023	0,5842	0,0161	0,2531	0,0631
Lambda	0,8440	0,9973	0,8379	0,9990	0,7366	0,9895	0,6584	0,9997	0,93219	0,9960
Chi-quadrado	53,225	0,8210	54,2653	0,2952	92,299	3,1772	115,73	0,0725	85,3117	4,8610
D.F.	10	4	10	4	10	4	10	4	10	4
P-Value	0,0000	0,9350	0,0000	0,9901	0,0000	0,5286	0,0000	0,9994	0,0000	0,30190
Obs.		319		312		307		282		1220

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 6. Combinações lineares

Grupo Var	Var	2010		2011		2012		2013		GERAL	
		1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Independentes	HA	-0,021	-0,130	-0,029	0,296	-0,369	-0,509	-0,385	-1,018	-0,029	0,013
	HNA	-0,190	-0,136	-0,130	-0,134	0,021	0,031	-0,038	0,835	-0,137	-0,026
	TAM	1,093	0,052	1,108	0,251	1,206	0,152	1,188	0,162	1,128	-0,214
	NGC	-0,469	0,975	0,040	-0,759	-0,030	-0,549	-0,039	-0,325	-0,354	-0,758
	AUDIT	0,035	-0,000	-0,550	0,962	-0,399	0,971	-0,234	0,079	-0,106	1,061
Dependentes	ROA	1,602	1,812	15,011	10,04	1,009	0,100	1,008	-0,019	1,447	0,777
	ROE	0,709	2,312	-15,544	-9,196	0,068	1,011	-0,115	1,002	-1,621	0,263

Fonte: Dados da pesquisa.

esse conjunto de variáveis apresentou uma correlação estatisticamente significativa, com um nível de confiança de 95%. De acordo com Hair Jr. *et al.* (2005) 95% de confiança representa uma força de associação alta, visto que ficou entre +0,71 e +0,90. Por meio da Tabela 6 apresentam-se as combinações lineares para as variáveis canônicas do desempenho econômico e variáveis independentes analisadas.

Conforme a Tabela 6 é possível observar os resultados sobre a relação entre os honorários de auditoria e honorários de não auditoria com o desempenho econômico, inclusive, a relação do desempenho econômico

com as variáveis de controle. De acordo com Hair Jr. *et al.* (2005), analisa-se apenas as variáveis que apresentaram força de associação acima de +0,41, isto é, acima de moderada. Além disso, os autores descrevem que a força de associação alta vai de +0,71 a +0,90.

No ano de 2010, as variáveis tamanho da empresa (TAM) e nível de governança corporativa (NGC) apresentaram força de associação acima de moderada, porém o NGC influência negativa. Dessa forma, essa combinação indica que quanto maior for o tamanho da empresa e quanto menor for o nível de governança, maior será o ROA e o ROE.

Da mesma forma, a combinação em relação ao tamanho pode ser vista nos demais anos analisados, inclusive no período consolidado (acumulado de 2010 a 2013), no qual, apresenta relação negativa com o ROE e positiva com o ROA, ou seja, quanto maior o tamanho da empresa, maior será o Retorno sobre os Ativos e menor será o Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

Em relação a empresa de auditoria (AUDIT), isto é, se é uma empresa BIG4 ou não, nota-se que apenas em 2011 esta variável apresentou força de associação acima de moderada, entretanto essa associação foi negativa. Dessa forma, se a empresa de auditoria não for uma BIG4, maior será o ROA e menor será o ROE.

No que diz respeito às variáveis honorários de auditoria e honorários de não auditoria, no geral, analisando todos os anos de forma conjunta verificou-se que há uma relação de -0,02945 e -0,13776 respectivamente com o ROA e ROE, apesar de ser fraca e negativa. Assim, pode-se concluir que quanto menores forem os honorários de auditoria e honorários de não auditoria, maior será o Retorno sobre os Ativos e menor será o Retorno sobre o Patrimônio Líquido das empresas que compõem a amostra do estudo.

Diante disso, no que diz respeito a hipótese H1 em que os honorários de auditoria impactam, entretanto de forma negativa no Retorno sobre o Ativo (ROA) em empresas listadas na BM&FBOVESPA, os resultados demonstraram que a hipótese foi aceita, o que corrobora com os estudos de Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003), Hay, Knechel e Wong (2006) e Habib, Gong e Hossain (2013) no qual a relação entre os honorários de auditoria e o Retorno sobre Ativos (ROA) foi significativa, porém negativa. Entretanto, os achados deste estudo diferem-se dos resultados obtidos no estudo de Larcker e Richardson

(2004), visto que identificaram uma relação positiva entre os honorários pagos aos auditores e acréscimo nos lucros apenas quando honorários de não auditoria estão inclusos nos honorários totais.

Em relação a hipótese H2, na qual os honorários de não auditoria impactam, porém de forma negativa no Retorno sobre o Ativo (ROA) em empresas listadas na BM&FBOVESPA, tem-se o resultado do estudo de Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003) que corroboram com os achados desta pesquisa, visto que verificaram que o ROA esteve negativamente associado com os honorários. Dessa forma, a hipótese H2 foi aceita.

O estudo de Larcker e Richardson (2004) que encontrou uma relação positiva entre os honorários de auditoria e acréscimo nos lucros. Sendo assim, pode-se aceitar a hipótese H3 na qual os honorários de auditoria impactam, porém, também de forma negativa no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) em empresas listadas na BM&FBOVESPA.

Por fim, em relação a hipótese H4 em que os honorários de não auditoria impactam no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) em empresas listadas na BM&FBOVESPA, tem-se a pesquisa de Hope, Kang, Thomas e Yoo (2007) que verificaram que houve relação negativa da remuneração do auditor com o ROE. Diante disso, no presente estudo a hipótese H4 foi aceita.

No geral, percebe-se que quanto menor forem os valores referentes aos honorários de auditoria e honorários de não auditoria, maior for o tamanho da empresa e menor for o nível de governança e se for auditada por uma empresa de auditoria não BIG4, maior será o Retorno sobre o Ativo e menor será o Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

## Conclusões

Esta pesquisa objetivou verificar a relação entre honorário de auditoria e honorários de não auditoria com o desempenho econômico das empresas listadas na BMF&BOVESPA. A pesquisa foi descritiva, quantitativa e por meio de pesquisa documental nas demonstrações financeiras dos anos de 2010 a 2013. A amostra do estudo foi composta por 319 empresas no ano de 2010, 312 empresas em 2011 e 307 empresas em 2012 e 282 em 2013.

Os resultados do estudo demonstraram que a partir da correlação canônica, dos quatro anos analisados, todos apresentaram significância estatística ao nível de 5%, ou seja, o nível de confiança foi de 95% e o maior coeficiente de correlação foi verificado em 2013, ou seja, apresentou um percentual de 58,42%.

Ao analisar as combinações lineares os resultados demonstraram que a única variável independente que teve força de associação alta com o desempenho econômico foi o tamanho da empresa. Além disso, o nível de governança corporativa e empresa de auditoria apresentaram associação com o ROA e ROE, porém negativa. O ROE apenas apresentou força de associação moderada no ano de 2011 e nos demais anos essa força de associação foi negativa.

Destaca-se que a partir dos resultados o ROA se destacou com força de associação acima de moderada em todos os anos. Já o ROE só teve força de associação no ano de 2013, porém, negativa. Salienta-se ainda que a variável de controle, tamanho da empresa apresentou força de associação acima de moderada em todos os anos analisados. Além disso, é importante frisar que as variáveis, honorários de auditoria e honorários de não auditoria não apresentaram força de associação acima de moderada com o desempenho econômico (ROA e ROE) em nenhum dos anos analisados.

Se verificados todos os anos juntamente, nota-se que quanto menor forem os valores referentes aos honorários de auditoria e honorários de não auditoria, maior for o tamanho da empresa e menor for o nível de governança e se for auditada por uma empresa de auditoria não BIG4, maior será o Retorno sobre o Ativo e menor será o Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

Diante disso, pode-se concluir que houve relação entre os honorários de auditoria e os honorários de não auditoria com o desempenho econômico das empresas analisadas, aceitando as hipóteses H1, H2, H3 e H4, propostas no estudo.

As limitações do estudo consistem na falta de dados disponibilizados pelas empresas sobre os honorários de auditoria e honorários de não auditoria, o que impossibilita a generalização dos resultados para todas as empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Considerando as limitações da pesquisa, recomenda-se para estudos futuros, uma análise temporal maior e também distinguindo as empresas por tipo de atividade (comércio, indústria e/ou prestação de serviços), além da consideração de outras variáveis de controle, visto que uma nova amostra possibilitará a utilização deste estudo para fins de comparabilidade dos resultados.

## Referências

- Ahadiat, Nasrollah (2011). Association between audit opinion and provision of non-audit services. *International Journal of Accounting and Information Management*, 19(2), 182-193.
- Assaf Neto, Alexandre (2012). *Finanças corporativas e valor* (6ª edição). São Paulo: Atlas.
- Becht, Marco, Patrick Bolton & Ailsa Röell (2003). Corporate governance and control. *Handbook of the Economics of Finance*, 1, 1-109.

- Beck, Franciele, Fernanda Kreuzberg, Moacir Rodrigues Junior, Nayane Thais Krespi & Paulo Roberto da Cunha (2012). Efeitos da migração do nível de governança corporativa sobre o valor e estruturas de capital e propriedade da empresa. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 11(33), 51-65.
- BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (2013). *BM&FBOVESPA*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>> Acesso em: 27 dez. 2013.
- Bushman, Robert & Abbie J. Smith (2003). Transparency, financial accounting information, and corporate governance. *Economic Policy Review*, 9(1), 65-87.
- Cunha, Paulo Roberto da, Roberto Carlos Klann, Silene Rengel & Jorge Eduardo Scarpim (2011). Procedimentos de auditoria aplicados pelas empresas de auditoria independente de Santa Catarina em entidades do Terceiro Setor. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(10), 65-85.
- Deangelo, Linda Elizabeth (1981). Auditor independence «low balling», and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics*, 3(2), 113-127.
- Dee, Carol Callaway, Ayalew Lulseged & Tanya S. Nowlin (2001). Earnings quality and auditor independence: an examination using non-audit fee data. SSRN Working Paper. SSRN.
- Dutra, Marcelo Haendchen (2011). *Modelo de referência para o relatório final da auditoria independente baseado na abordagem de expectations gap*. 227 f. Tese Doutorado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Erfurth, Alfredo Ernesto & Francisco Antonio Bezerra (2013). Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. *BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 10(1), 32-42.
- Ferreira, Roberto Do Nascimento, Antônio Carlos dos Santos, Ana Lúcia Miranda Lopes, Luiz Gustavo Camarano Nazareth & Reinaldo Aparecida Fonseca (2013). Governança corporativa, eficiência, produtividade e desempenho. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 14(4), 134-164.
- Firmino, José Emerson, Luzivalda Guedes Damascena & Edilson Paulo (2010). Qualidade da auditoria no Brasil: Um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas *Big Four*. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5, 40-50.
- Frankel, Richard M., Marilyn F. Johnson & Karen K. Nelson (2002). The relation between auditors' fees for nonaudit services and earnings management. *The Accounting Review*, 77 (s-1, Supplement), 71-105.
- Griffin, Paul A., David H. Lont & Yuan Sun (2008). Corporate governance and audit fees: Evidence of countervailing relations. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 4(1), 18-49.
- Habib, Ahsan, Rong Gong & Mahmud Hossain (2013). Overvalued equities and audit fees: a research note. *Managerial Auditing Journal*, 28(8), 755-776.
- Hair Jr., Joseph F., Barry Babin, Arthur H. Money & Samuel Phillip (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Hallak, Rodrigo, Telles Pires & Andre Luiz Carvalhal da Silva (2012). Determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), 223-231.
- Hay, David C., W. Robert Knechel & Norman Wong (2006). Audit fees: A meta-analysis of the effect of supply and demand attributes. *Contemporary Accounting Research*, 23(1), 141-191.
- Hope, Ole-Kristian, Tony Kang, Wayne Thomas & Yong Keu Yoo (2007). Impact of excess auditor remuneration on the cost of equity capital around the world. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 24(2), 177-210.
- IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2013). *Instituto Brasileiro de Governança Corporativa*.

Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

- Jaramillo, Marcela, María Antonia García Benau & Ana Zorio Grima (2012). Factores que determinan los honorarios de auditoría: Análisis empírico para México. *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 17(59), 387-406.
- Jensen, Michael C. & Willian H. Meckling (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- Joshi, P. L. & Hasan Al-Bastaki (2000). Determinants of audit fees: Evidence from the companies listed in Bahrain. *International Journal of Auditing*, 4(2), 129-138.
- Kim, Dong-young & Jeong Yeon Kim (2013). Effects of corporate social responsibility and corporate governance on determining audit fees. *International Journal of Multimedia and Ubiquitous Engineering*, 8(2), 189-196.
- Klotzle, Marcelo Cabus & Luciana Andrade costa (2006). Governança corporativa e desempenho dos Bancos no Brasil. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 4(4), 22-36.
- Larcker, David F. & Scott A. Richardson (2004) Fees paid to audit firms, accrual choices, and corporate governance. *Journal of Accounting Research*, 42(3), 625-658.
- Law, Philip (2008). An empirical comparison of non-Big 4 and Big 4 auditors' perceptions of auditor independence. *Managerial Auditing Journal*, 23(9), 917-934.
- Marques, André Luiz de Souza (2011). Fatores determinantes da estrutura de capital das empresas brasileiras. f. 102. Dissertação Mestrado em Administração e Finanças. Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
- Marques, Maria da Conceição da Costa (2007). Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(2), 11-26.
- Martinez, Antonio Lopo (1998). Agency theory na pesquisa contábil. *Anais Encontro Da Anpad-Enanpad*, Foz do Iguaçu.
- Martinez, Antonio Lopo & Graciela Mendes Ribeiro Reis (2010). Rodízio das firmas de auditoria e o gerenciamento de resultados no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações - USP*, 4(10), 48-64.
- Martinez, Antonio Lopo (2011). Listagem em segmentos especiais de governança corporativa e a auditoria minimizam o gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais? Evidências do Brasil. *Revista Universo Contábil*, 7(4), 98-117.
- Mattos, Manoel Salésio (2005). *Os auditores no Brasil e a satisfação desses profissionais nas grandes empresas de auditoria*. f. 146. Dissertação Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade Regional de Blumenau – FURB.
- Rezera, Evandro Luís (2007). Avaliação da eficácia dos trabalhos de Auditoria Independente no Brasil, por profissionais de empresas de capital aberto. f. 207. Dissertação Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Santos, Arioaldo dos & Ivan Ricardo Guevara Grateron (2003). Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14(32), 07-22.
- Siffert Filho, Nelson Fontes (1996). A teoria dos contratos. f. 201. Tese Doutorado em Economia. Universidade de São Paulo.
- Silveira, Alexandre Di Miceli da, Lucas Ayres B. de C. Barros & Rubens Famá (2003). Estrutura de governança e desempenho financeiro nas companhias abertas brasileiras: um estudo empírico. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 10(1), 57-71.
- Simunic, Dan A. (1980). The pricing of audit services: Theory and evidence. *Journal of accounting research*, 18(1), 161-190.
- Sloan, Richard G. (2001). Financial accounting and corporate governance: A discussion. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1), 335-347.

- Teixeira, Bruna, Evelyse Nicole Chaves de amorim & Loreci João Borges (2012). Revisão externa de qualidade dos auditores independentes do Brasil: Uma análise dos relatórios emitidos de 2008 a 2010. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 7(1), 77-91.
- Ventura, Ana Flávia Albuquerque, Valterlin da Silva Santos, Raul Ventura Júnior & Rafaelle Gomes Firmino (2012). A Relação dos níveis de governança corporativa e índices de rentabilidade econômica. *Reuna*, 17(3), 73-84.
- Watts, Ross L. & Jerold L. Zimmerman (1980). The markets for independence and independent auditors. Unpublished manuscript. University of Rochester.
- Watts, Ross L. & Jerold L. Zimmerman (1986). *Positive Accounting Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Whisenant, Scott, Srinivasan Sankaraguruswamy & Kannan Raghunandan (2003). Evidence on the joint determination of audit and non-audit fees. *Journal of Accounting Research*, 41(4), 721-744.
- Zaman, Mahbub, Mohammed Hudaib & Roszaini Haniffa (2011). Corporate governance quality, audit fees and non-audit services fees. *Journal of Business Finance & Accounting*, 38(1-2), 165-197.

Fecha de recepción: 28 de abril de 2015

Fecha de aceptación: 20 de agosto de 2015

Correspondencia: maravogtcco@gmail.com

mauricio.leite@ymail.com

pauloccsa@gmail.com

vanderleidossantos09@gmail.com